



OS RIBEIRINHOS DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ, BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E A DIMENSÃO VIVIDA ÀS MARGENS DO RIO TOCANTINS

The ribeirinhos (riverside) of São João from Araguaia, Pará, Brazil: the construction of the territory and the dimension experienced on the banks of the Tocantins river

Les ribeirinhos (riverains) de São João de l'araguaia, Pará, Brésil: la construction du territoire et la dimension vécue sur les rives du fleuve Tocantins

Amarildo Silva Araújo¹ 

RESUMO

Este artigo propõe uma análise do mundo vivido ribeirinho dos beradeiros da cidade de São João do Araguaia, sudeste paraense. A pesquisa apresenta uma abordagem fenomenológica, a partir da dimensão vivida do território. A investigação se debruçou na compreensão das relações estabelecidas com o rio Tocantins, que são responsáveis pela constituição dos territórios ribeirinhos na dimensão vivida. O arcabouço teórico de investigação foi alicerçado no conceito de território vivido, lugar, comunidade tradicional e o conceito de ribeirinho. A pesquisa é de ordem qualitativa, e para o seu desenvolvimento, utilizamos as técnicas: história de vida e pesquisa descritiva, a partir de observações feitas da relação do ribeirinho [barqueiro] com o rio; fotografias e pesquisas bibliográficas. A pesquisa evidenciou que o território ribeirinho não é constituído a partir das relações de poder (econômico, social e político), mas sim, a partir da identificação de lugares hierarquizados e conectados por itinerários interdependentes.

Palavras-chave: Fenomenologia; mundo vivido; Amazônia paraense.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the lived riverside world of the beradeiros of the city of São João do Araguaia, southeast of Pará. The research presents a phenomenological approach, based on the lived dimension of the territory. The investigation focused on the comprehension of the relationships established with the Tocantins River, which are responsible for the constitution of riverside territories in the lived dimension. The theoretical framework of investigation was based on the concept of lived territory, place, traditional community and the concept of riverside. The research is of a qualitative nature, and for its development, we used the techniques: life history and descriptive research, based on observations made of the riverside [boatman]'s relationship with the river; photographs and bibliographic research. The research showed that the riverside territory is not constituted from power relations (economic, social and political), but from the identification of hierarchical places and connected by interdependent itineraries.

Keywords: Phenomenology; lived world; Pará Amazon.

RÉSUMÉ

Cet article propose une analyse du monde riverain vécu des beradeiros de la ville de São João do Araguaia, au sud-est du Pará. La recherche présente une approche phénoménologique, basée sur la dimension vécue du territoire. L'enquête s'est concentrée sur la compréhension des relations établies avec le fleuve Tocantins, qui sont à l'origine de la constitution de territoires riverains dans la dimension vécue. Le cadre théorique d'investigation est basé sur le concept de territoire habité, de lieu, de communauté traditionnelle et le concept

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

E-mail: geonalta@hotmail.com

de riverain. La recherche est de nature qualitative, et pour son élaboration, nous avons utilisé les techniques: histoire de vie et recherche descriptive, basées sur des observations faites de la relation du riverain [batelier] avec le fleuve ; photographies et recherches bibliographiques. La recherche a montré que le territoire riverain ne se constitue pas à partir de rapports de pouvoir (économiques, sociaux et politiques), mais à partir de l'identification de lieux hiérarchisés et reliés par des itinéraires interdépendants.

Palabras-clave: Phénoménologie; monde vécu; Amazone paraense.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise do mundo vivido ribeirinho dos beradeiros da cidade de São João do Araguaia, sudeste paraense. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem fenomenológica para a compreensão da dimensão vivida do território, denominada de território vivido. A investigação se debruçou na compressão das relações estabelecidas com rio Tocantins, base afetiva da constituição do território ribeirinho.

O arcabouço teórico de investigação foi alicerçado no conceito de território vivido de Bonnemaison (2002) e Holzer (1997); mundo vivido (Lugar) de Dardel (2011), Buttmer (1985), Lowenthal (1985) e Tuan (1983); comunidade tradicional de Diegues (1994, 2000, 2002), Arruda (1999) e Brasil (2007); e do conceito de ribeirinho de Porto-Gonçalves (2005), Chaves (2001), Rente Neto e Furtado (2015) e Lira e Chaves (2016).

A pesquisa é de ordem qualitativa, e para o desenvolvimento utilizamos as técnicas: história de vida, pesquisa descritiva, fotografias, pesquisa bibliográfica realizada em artigos, dissertações e teses, e pesquisa documental. A metodologia se deu pela aplicação do método história de vida a um ribeirinho [barqueiro], que relatou as suas experiências pessoais com rio através de entrevistas não diretivas. Para a gravação e transcrição das falas foi utilizado o aplicativo norte americano Transkriptor.

Antes das entrevistas, realizamos uma triagem com cinco ribeirinhos, e concluímos que existem três tipos de ribeirinhos na cidade de São João do Araguaia, o ribeirinho – pescador, o ribeirinho – vazanteiro (ilha) e o ribeirinho-barqueiro. Para a pesquisa, optamos pela análise do sujeito, ora denominado ribeirinho-barqueiro.

Para a pesquisa, optamos pelo estudo do ribeirinho barqueiro, que exerce atividade de (travessia) como principal fonte de renda; a pesca, a construção de barcos e canoas, a agricultura de vazante e a caça são fontes de renda secundárias. A “travessia”, a pesca e a construção de barcos são a base de relacionamento do ribeirinho–barqueiro com rio. O relacionamento com rio, a partir das atividades de subsistência, produz uma afetividade, substrato do território vivido.

A pesquisa foi realizada a partir das observações feitas da relação do ribeirinho-barqueiro com o rio; registros fotográficos das rotas de “travessia”, dos lugares de pesca e do local destinado à construção dos barcos e canoas.

A investigação de campo ocorreu nos dias 20 a 23 de novembro de 2022. No primeiro dia entrevistou o senhor Juvenal da Silva Santos (quatro horas de entrevista) na Ilha da Matinha localizada rio Tocantins no município de São João do Araguaia. Nos dias 21 a 23 foi realizada averiguação aos lugares de vivência ribeirinha, e para isso foi alugado uma “rabetá” (espécie de canoa com um motor de popa). Nesses dias registraram-se imagens de lugares que são relevantes para o “Seu Jovi”, e observações das falas e expressões fáticas do entrevistado nesses lugares, que são responsáveis pela definição do “ser ribeirinho”.

O objetivo principal da pesquisa é a compreensão das relações estabelecidas com o rio Tocantins, que são responsáveis pela constituição dos territórios ribeirinhos na dimensão vivida, e demonstrar a riqueza dos valores tradicionais dos ribeirinhos localizados as margens do Rio Tocantins no município de São João do Araguaia no contexto da região sudeste paraense.

O presente artigo divide-se em três seções: 1. Comunidades tradicionais e ribeirinhas: algumas reflexões conceituais, 2. O mundo vivido (lugar) e o território: algumas observações, 3. Os ribeirinhos do rio Tocantins: a constituição do território ribeirinho a partir da dimensão vivida.

COMUNIDADES TRADICIONAIS E RIBEIRINHAS: ALGUMAS REFLEXÕES CONCEITUAIS

Primariamente postula-se discutir o conceito de comunidade tradicional para a compreensão objetiva do termo ribeirinho. O termo comunidade tradicional é um vocábulo empregado na literatura científica que expressa a definição de grupos de pessoas com modo de vida dependente da dinâmica da natureza. Deste modo, as comunidades tradicionais são sujeitas a dinâmica da floresta, dos rios, do solo e da fauna para a manutenção da vida. A natureza oferece o necessário aos sujeitos de hábitos tradicionais.

Nesta mesma perspectiva, Diegues (1994) afirma que as comunidades tradicionais são grupos que dependem dos ciclos naturais e dos conhecimentos herdados de seus antepassados sobre a dinâmica da natureza e de suas próprias experiências com os ciclos naturais para sobreviverem em seus territórios. Assim, entende-se que as comunidades tradicionais possuem hábitos de baixo impacto ambiental, e a preservação da natureza é necessária para a manutenção de seu modo de vida tradicional.

Diegues (2002), na obra *Povos e Águas: inventário de áreas úmidas*, reforça a ideia expressa em Diegues (1994) que, os povos tradicionais, em função de relativo isolamento desenvolveram hábitos sujeitos à dinâmica da natureza, conhecimento intenso dos ciclos da natureza e técnicas herdadas de seus antepassados; e acrescenta, o cotidiano dos povos tradicionais é abundante em “[...] simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra” (Diegues, 2002, p. 4).

Na obra *Biodiversidade e Comunidades tradicionais no Brasil*, Diegues (2000, p. 25) reforça a ideia ao defini-los como:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Arruda (1999, p. 79) corrobora com a ideia, e afirma que as comunidades tradicionais usam os recursos naturais “[...] voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar”.

Em outro trecho Arruda (1999, p. 83) reforça a ideia de que os povos tradicionais “[...] desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais [...]”.

O Estado brasileiro só reconheceu as comunidades tradicionais por meio do decreto nº 6.040 de 2007 e as definiu como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (Brasil, 2007, p. 01).

Assim, afirma-se à luz de Diegues (1994, 2000, 2002), Arruda (1999) e Brasil (2007) que os povos tradicionais são grupos com modo de vida intimamente conectado à dinâmica da natureza. A dependência alicerça-se na subordinação historicamente construída na relação cotidiana com os ciclos naturais, forjando uma cultura ligada à natureza e exógena à vivenciada nas cidades.

As comunidades tradicionais, em especial as ribeirinhas residentes às margens dos rios, são povos que dependem da dinâmica das florestas localizadas nas vertentes dos rios, e do movimento

sazonal de secas e cheias das águas fluviais. O ribeirinho é o sujeito subordinado à performance dos rios.

De acordo com Porto-Gonçalves (2005) o ribeirinho é o caboclo amazônico, sujeito de hábitos tradicionais, em função de seu modo de vida ligado a dinâmica dos rios. Ainda como define o mesmo autor, o ribeirinho é o caboclo atravessado pelas diversas culturas, de indígenas, de imigrantes portugueses e nordestinos, e de populações negras; que, o seu cotidiano nas várzeas levou a desenvolver uma profunda dependência dos rios e das florestas.

Porto-Gonçalves (2005) acrescenta que os ribeirinhos amazônidas são pescadores, agricultores e extrativistas em razão de manejarem os ecossistemas que estão inseridos sem interferência da ação do Estado. O cotidiano ribeirinho é constituído por um complexo cultural formado pela tradição de construção de barcos, habitação adaptadas ao local, práticas pesqueiras e agricultura durante vazantes dos rios.

Em direção semelhante à definição de ribeirinho de Porto-Gonçalves (2005), Hiraoka (1993), Chaves (2001), Rente Neto e Furtado (2015) e Lira e Chaves (2016) conceituam o ribeirinho como o caboclo amazônico ou camponês amazônico que vive às margens de rios, igarapés, córregos e sobrevive mediante à extração e manejo dos recursos das florestas, dos rios, da agricultura de terra firme e vazante em pequena escala, orientada pelos saberes técnicos herdados de seus antepassados e pelas suas próprias experiências sobre as dinâmicas dos ciclos naturais e os ecossistemas locais. Essa relação de dependência aos ciclos naturais produz particularidades que são expressas em seu modo de vida, alimentação e em suas crenças e religiosidades.

Lomba e Nobre-Junior (2013) acrescentam a conceituação de ribeirinho a ideia de que o conceito de ribeirinho não é sujeito à noção espacial urbana e rural; e sim, a ideia de relação estabelecida com os rios, sendo este o principal definidor da categoria ribeirinho. Loureiro (1992, p. 2-3) corrobora com a ideia expressa acima ao afirmar que “[...] o ribeirinho é o sujeito que reside as margens dos rios, e igarapés, nas cidades, povoados, vilas, em pequenos agrupamentos de casas ou sozinho”, e que mantém uma relação de dependência ao rio, as margens e as florestas circunvizinhas, mediante o trabalho de pesca, agricultura de terra firme e vazante, e no extrativismo.

Deste modo, compreendemos o ribeirinho a partir das definições aqui apresentadas, como comunidades tradicionais, que se constituíram na relação de dependência aos ciclos naturais e aos ecossistemas locais por meio dos saberes e técnicas deixadas pelos seus antepassados e pelas suas experiências, que consubstanciam um modo de vida peculiar. Na seção seguinte discutiremos sobre a dimensão vivida (lugar), o conceito de território vivido.

O MUNDO VIVIDO (LUGAR) E O TERRITÓRIO VIVIDO: ALGUMAS REFLEXÕES

Dispõe-se aqui fazer alusões ao mundo vivido, dimensão do fenômeno e da experiência do ser na terra para a compreensão do lugar e o território vivido dos ribeirinhos são-joanenses. A discussão perpassa pela geografia humanística de abordagem fenomenológica. Um dos primeiros a fazer uma abordagem fenomenológica nos estudos geográficos foi Eric Dardel, na obra: *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, publicada na França, em 1952.

O autor via na abordagem fenomenológica a possibilidade metodológica para a análise da relação do homem com a terra. Dardel (2011) propõe a visão de que o espaço geográfico é existencial, e é alicerçado na relação entre o ser a terra. A razão de existir da geografia era de que ela é constituída pelas relações subjetivas, emoções, poesia, sons, odores e imagens na “experiência terrestre”. Para ele, a ciência geográfica precisava investigar o sentido da existência da humanidade na Terra e não somente a relação em si.

Dardel introduz preliminarmente na geografia, a análise do mundo vivido (lugar), a partir da experiência do “ser-no-mundo”. O autor trabalha a noção de lugar ao declarar que:

“[...] a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o Homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social” (Dardel, 2011, p. 5).

Pelo exposto, o autor traz à geografia a necessidade da compreensão do lugar, espaço constituído a partir da experiência, afetividade e significado a partir das relações estabelecidas no local e com as pessoas. O autor acrescenta ainda que:

A situação de um Homem supõe um espaço onde ele se move; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência. Perder a localização, é se ver desprovido de seu lugar, rebaixado de sua posição eminente, de suas relações, se encontrar, sem direções, reduzido à impotência e à imobilidade (Dardel, 2011, p. 19).

Neste sentido, expõe a necessidade de compreensão da dimensão experienciada do espaço geográfico, o espaço imediato, espaço carregado de significado, o lugar onde a vida acontece (o mundo vivido). A abordagem fenomenológica de Dardel alcançou notoriedade somente na década de 1970 e 1980, através das obras dos geógrafos Edward Relph, Anne Buttimer, David Lowenthal, Yi-Fu Tuan e Joel Bannemaison. Esses geógrafos humanistas constituíram suas abordagens de lugar (mundo vivido) e território a partir da experiencição do ser no mundo.

Buttimer (1985) em seu artigo: *Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido* publicado nos anais da Associação de Geógrafos Americanos, em 1976; assim, como Dardel, vê na fenomenologia a

possibilidade de apreender a experiência centrada no sujeito, no comportamento dele no espaço; e a intersubjetividade da aproximação do sujeito a uma porção do espaço mediada pela herança sociocultural em uma fração do tempo. Nota-se aqui, a construção do conceito de Lugar.

Buttimer (1985) acrescenta a argumentação de que a fenomenologia é o caminho metodológico e filosófico para a geografia entender o mundo vivido (Lugar) a partir do sujeito e suas experiências com o espaço; e não como a geografia de abordagem positivista apreende o mundo, em uma análise objetiva e/ou subjetiva. “O lugar é construído, significado, recomposto e criado pelas pessoas que nele vivem” (Buttimer, 1985, p. 170).

Corroboramos com Buttimer (1985) e Lowenthal (1985) ao advogar que abordagem geográfica precisa ser centrada nas experiências humanas no tempo e no espaço. As imagens e concepções de mundo são resultado de experiências pessoais, aprendizado, imaginação e memória. As experiências com os espaços vividos e espaços desconhecidos formam a paisagem individual da realidade a partir de “lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias”.

Em síntese, Lowenthal (1985) discute a ideia de construção do conhecimento geográfico com base na experiência e imaginação do homem. As palavras experiência, imaginação, cultura, história, vivência e aprendizagem são conceitos basilares para a teoria de Lowenthal. O fazer geográfico não se restringe aos geógrafos, mas a todas as pessoas nas relações sinestésicas com o meio ambiente, e essas conexões precisam ser levadas em consideração.

A geografia de Lowenthal (1985) é construída na experiência do homem com o meio ambiente. A experiência não é compreendida aqui apenas pelos sentidos (visão, olfato, audição e paladar), mas pela vivência, história, lugar e aprendizagens, e imaginações.

Ao ratificar as ideias de Buttimer e Lowenthal, Edward Relph (1976) acrescenta a compreensão de mundo vivido (lugar):

Lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação... o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto “especial” que tem história e significado. **O lugar encarna as experiências e as aspirações das pessoas.** O lugar não é um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhes dão significado (Relph, 1976, p. 45, grifo próprio).

O autor discute a necessidade da compreensão sobre a dimensão vivida do espaço, ao relatar que, o lugar materializa as vivências e as expectativas dos sujeitos. O lugar é o local onde os sujeitos vivenciam os fatos significativos de sua existência. Tuan (1983) ratifica as palavras de Relph e afirma que o lugar (mundo vivido) é uma construção afetiva. O lugar é construído historicamente

entre os sujeitos no/com o espaço geográfico. O lugar é lar, é aconchego, ambiente experienciado, é o conhecido.

Em outro trecho, Tuan (1983, p. 151) acrescenta: “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado [...]”. O lugar faz referência à afetividade estabelecida com o espaço e os sujeitos mediado pela cultura. Essa relação produz símbolos e sentimentos de pertencimento a um local específico.

Em outra passagem da obra *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*, Tuan (1983, p. 153) define a categoria lugar como:

[...] uma pausa no movimento, “segurança”, “vivido”. É uma porção espacial (lar, rua, vila, cidade), pessoas e emoções, delimitadas a partir da experiência via sentidos, que está armazenada na memória, a ser evocada a noção de lugar, os espaços, emoções e as pessoas (os códigos/palavras) assumem novas conotações simbólicas que contrapõem o seu sentido denotativo. Os novos significados foram construídos a partir da relação íntima, direta e afetiva de pessoa com o lugar [...].

Assim, entende Tuan, o lugar como porção do espaço geográfico delimitado a partir da vivência dos sujeitos mediante as suas experiências pelos sentidos, emoções ao local, que com o tempo adquire significado e afetividade. Portanto, o mundo vivido para Dardel (2011), Buttimer (1985), Lowenthal (1985), Relph (1976) e Tuan (1983) é a parte do espaço geográfico vivido, experienciada pelos sentidos, conhecida, amada, e palco das relações sociais que adquire significado com o tempo. O lugar é o espaço “conhecido”.

Assim como o conceito de lugar, a concepção de território na dimensão vivida do espaço geográfico é constituída nas vivências dos sujeitos no local. O território, a partir de uma perspectiva fenomenológica. O geógrafo Joel Bonnemaïson pensou o território nessa dimensão na década de 1970. O autor construiu uma noção de território para análise de populações tradicionais de Tanna.

Bonnemaïson (2002) observou que essa população tradicional tinha um território que não era constituído pelo exercício de poder político, social, econômico e nem associado a legitimação do Estado nacional. O território era constituído como uma rede de lugares e itinerários. Holzer (1997, p. 79) acrescenta que é preciso aceitar a existência de territórios formados por “[...] grupos que não possuem poder institucionalizado ou governo não instituído”.

Holzer (1997, p. 80) corrobora com ideia de Bonnemaïson ao afirmar a partir de uma reflexão fenomenológica, que o conceito de território é

“[...] desenvolvido em função da dimensão vivida é constituído essencialmente por lugares. De Paula (2011, p. 120) reafirma as conclusões de Bonnemaïson e Holzer ao dizer: “A base do território vivido é o lugar. Esse território é, portanto, um fenômeno da experiência concreta do espaço [...]”.

O território vivido é alicerçado no lugar, o espaço conhecido e amado. É neste espaço constituído afetivamente que, de acordo com Bonnemaïson (2002), nasce o território, nas tramas conjuntas de lugares hierarquizados e interdependentes. Em outro trecho o autor diz que: “um território é, sobretudo um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários” (Bonnemaïson, 2002, p. 287).

De Paula (2011, p. 118), em sua interpretação do conceito de território vivido afirma:

O que funda estes territórios é a interação diária entre as pessoas e das relações destas com espaço; e deste ponto deriva a relevância da subjetividade, da intersubjetividade, do conhecimento experiencial e intuitivo dos indivíduos que passam a ser meio de compreensão destes territórios. Desta forma, propomos que (frente à pluralidade de termos), cabe denominar este fenômeno como território vivido, pois é a vivência que matriza estes territórios. No caso dos territórios vividos como categoria para compreender a organização do espaço, estamos falando do modo como os indivíduos vivem e “funcionalizam” cotidianamente este espaço.

A autora explica que os territórios vividos não são instituídos pelo poder político, econômico ou social, e sim pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço. O território vivido nasce da vivência, ou seja, como os sujeitos vivem e “funcionalizam cotidianamente este espaço”. Bonnemaïson (2002) acrescenta à conceituação de território vivido a ideia de que ele não é constituído pela noção de propriedade e sim, pelo princípio de identificação.

Assim, com base em Bonnemaïson (2002), Holzer (1997) e De Paula (2011), o território vivido é constituído por “lugares” e “itinerários hierarquizados”. A base do território é o lugar, estes por sua vez, são uma porção do espaço geográfico, conhecido, experienciado, amado, sentido e percebido; é neste lugar que nasce o território, não como porção do espaço delimitado pelo poder, mas constituída pelo princípio de identificação.

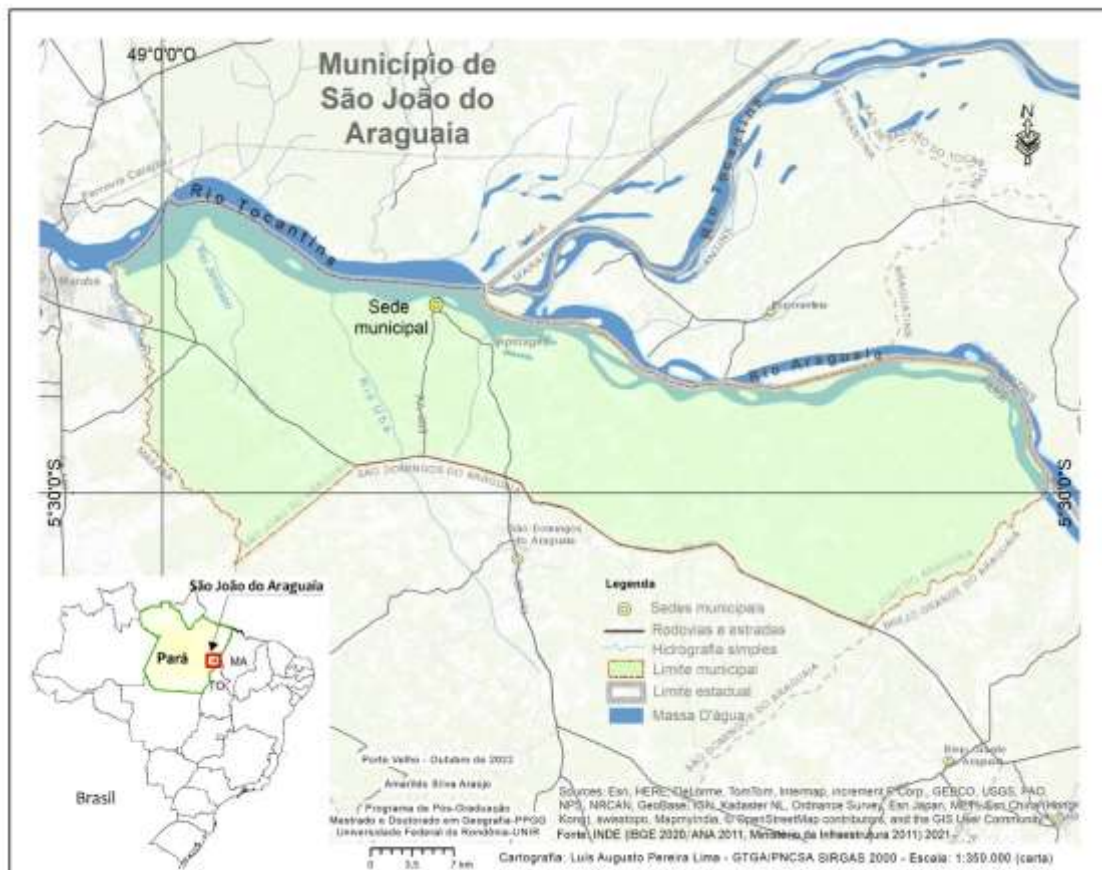
OS RIBEIRINHOS DO RIO TOCANTINS: A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA DIMENSÃO VIVIDA

O ribeirinho em estudo reside na cidade de São João do Araguaia, localizada na Amazônia oriental, região sudeste paraense, especificamente na microrregião de Marabá, às margens do Rio Tocantins após sua confluência com o rio Araguaia (Mapa 01). O território são-joanense a ocorrência da floresta equatorial latifoliada, floresta aluvial, Cerradão e a mata de transição. A floresta equatorial latifoliada manifesta-se mediante a floresta densa submontana e a Mata dos Cocais. Na direção leste, nas proximidades do rio Araguaia, a ocorrência de Cerradão (Araújo, 2017).

A ocupação de São João do Araguaia começou no final do século XVIII, em 1797, com objetivo de impedir a evasão de divisas da colônia portuguesa e garantir o comércio entre a Capitania de Goiás e a Capitania do Grão-Pará, que frequentemente era atacada pelos Apinagés (Araújo, 2017).

A autonomia política de São João do Araguaia foi conquistada em 12 de dezembro de 1961. O município possui uma população de 13.569 habitantes, com densidade demográfica de 10,28 hab./Km² (IBGE, 2022).

Mapa 01 - Localização geográfica do Município de São João do Araguaia/PA



Fonte: Luís Augusto P. Lima, outubro de 2022.

Segundo Araújo (2017), o município possui uma área territorial de 1.279,889 Km² e faz limites com o estado do Maranhão ao norte, e à leste faz divisa com estado do Tocantins (mapa 1). O clima é equatorial segundo a classificação de Köppen (Pará, 2014).

Conforme Pará (2014), o município de São João do Araguaia pertence à Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia (RHTA), localizada entre os paralelos ao sul 0° 30' e 18° 05' e os meridianos de longitude oeste de 45° 45' e 56° 20', especificamente no baixo curso. O rio Araguaia deságua no Rio Tocantins, no território são-joanense, e este, por sua vez, deságua na Baía da Ilha do Marajó, próxima à Belém. Neste contexto histórico, geográfico e de experiência, os ribeirinhos manifestam o seu mundo vivido.

De acordo com Velho (2009), o povoamento de São João do Araguaia se intensificou no final do século XIX e meados do século XX, por causa do extrativismo vegetal, da mineração de diamante e cristal, e pela sua localização estratégica às margens do rio Tocantins, sendo entreposto fluvial entre as maiores cidades da região, Belém e Marabá, no Pará e Imperatriz, no Maranhão.

Para Velho (2009) e Araújo (2017), as comunidades ribeirinhas são-joanenses surgiram no final do século XIX e se intensificaram nas décadas de 1930 e 1940, às margens do rio Tocantins e Araguaia, com a migração de nordestinos para Amazônia pela política migratória (Marcha para o Oeste) de Getúlio Vargas. Esses sujeitos aprenderam a extrair dos rios e das florestas o necessário para a sua sobrevivência (Diegues, 1994, 2000, 2002) e (Arruda, 1999).

Conforme Araújo (2017) os ribeirinhos localizados às margens do rio Tocantins, em São João do Araguaia, eram sujeitos à dinâmica do rio e à floresta, em suas vertentes, e essa relação constituía um modo de vida peculiar. Eles extraíam da natureza o que precisam para sobreviver; coletavam, pescavam, plantavam nas vazantes e caçavam (Porto-Gonçalves, 2005). Produziam as suas casas, móveis e canoas. A vida ribeirinha dava-se na relação com rio.

Os ribeirinhos residiam em casas construídas de madeira, argila e cobertas com folhas [palha] de babaçu (*Attalea speciosa*), essas casas eram chamadas de “pau-a-pique” (casa de babaçu) e localizam-se as margens do rio. Sua alimentação era a base de peixes e quelônios (tartarugas e tracajás); e da coleta de castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), açaí (*Euterpe oleracea*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*); do cultivo de arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), fava (*Vicia faba*), milho (*Zea mays*) nas vazantes; da caça de animais: paca (*Cuniculus paca*), cutia (*Dasyprocta*), anta (*Tapirus terrestris*), veado (*Ozotocerus bezoarticus*) e caititu (*Pecari tajacu*) etc. Da floresta também extraíam óleos para fins medicinais: copaíba (*Copaifera Langsdorffii*) e andiroba (*Carapa guianensis*) etc. (Araújo, 2017).

Em outro trecho de sua obra, Araújo (2017) acrescenta que o modo de vida ribeirinho é sujeito a dinâmica do rio Tocantins, suas margens e as florestas circunvizinhas. Essa relação com os ciclos naturais constitui o ser ribeirinho, que se materializa no lazer – no tomar banho de rio, e nos passeios pelas praias; nos acampamentos nos meses de junho e julho – neste período, constroem barracões de troncos de árvores, cobertos com palhas de babaçu. Além disso, aglutinam estratégias de sobrevivência para viverem em seus territórios. Pescam de redes, anzóis, tarrafas, espinheis e arrastões; mergulham para capturar o acari (*Hypostomus affinis*) e cultivam nas vazantes do rio e das ilhas.

De acordo com Araújo (2017), alguns ribeirinhos possuem direito de uso agroecológico de pequenas ilhas nos rios Tocantins e Araguaia, cedida pela Marinha. Na estiagem (verão), nas ilhas, cultivam legumes; cereais nas planícies e nas áreas elevadas plantam frutas: caju (*Anacardium occidentale*), manga (*Mangifera indica*), murici (*Byrsonima crassifolia*) e banana (*Musa sapientum*), também criam porcos e galinhas (*Gallus domesticus*).

Com base na pesquisa de campo, nas observações *in loco* e na pesquisa de Araújo (2017), o ribeirinho são-joanense é um sujeito de valores tradicionais, de acordo com Diegues (1994, 2000,

2002), Arruda (1999) e Brasil (2007); e possui características semelhantes às descritas em Porto-Gonçalves (2005), Chaves (2001), Chaves e Furtado (2017), e Rente Neto e Furtado (2015); leva-se em consideração a sua dependência da dinâmica dos rios, suas margens e a floresta circunvizinha.

A pesquisa bibliográfica e a de campo forneceram elementos para a compreensão do mundo vivido ribeirinho (lugar). O lugar ribeirinho é constituído pelos lugares conhecidos, os pontos de pesca (seva), a “beirada” do rio e das ilhas utilizada para o cultivo no verão, as rotas utilizadas pelo barqueiro, os locais de caça. De acordo com as argumentações de Dardel (2011), Buttimer (1985) e Lowenthal (1985), o lugar é a porção do espaço geográfico delimitado pelas vivências dos sujeitos pela experiência, imaginação e emoções a um local que, com o tempo, adquire significado e afetividade.

O cotidiano ribeirinho (vivência) dar-se no pescar, nos fretes de barco, na agricultura em terra firme/vazante, na construção de barcos e canoas no beiradão, na caça nas florestas, às margens dos rios e das ilhas durante ano. A ação ribeirinha de significação do espaço pelas atividades citadas é responsável pela afetividade ao lugar. Corrobora com as afirmações feitas, Tuan (1983) ao afirmar que: “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado [...]”. Relph (1976, p. 42) acrescenta: “[...] ele é um foco onde nós experimentamos os eventos significativos de nossa existência”.

As localizações específicas vivenciadas pelos ribeirinhos no espaço geográfico constituem o lugar, o mundo vivido. São pontos reconhecidos do espaço que adquiriram significado mediante as práticas de pesca, transporte, construção de barco e canoas, plantação nas vazantes e a caça. A respeito desses lugares e os significados que adquirem Relph diz:

“[...]os lugares são essencialmente focos da intenção, têm geralmente uma localização fixa e possuem traços que persistem de uma forma identificável. Tais lugares podem ser definidos em termos das funções a que servem ou em termos da experiência comunitária pessoal [...]”. (Relph, 1976, p. 42-43).

Assim, o lugar é conhecido e vivido. A função do lugar para o ribeirinho nasce da relação estabelecida no e com o espaço geográfico. O lugar é o local de produção de alimento, é o lugar de ganhar dinheiro, é o lugar de lazer, é o lugar de produção, é o lugar para ser feliz. O lugar é definido pela função, de acordo com o sentido atribuído pelo ribeirinho.

Com base no espaço geográfico conhecido, experienciado, vivido do ribeirinho, tem-se os fundamentos necessários para a compreensão do território vivido, uma vez que, Bonnemaïson (2002), Holzer (1997) e De Paula (2011) afirmam que o território vivido é constituído por “lugares”. Neste caso, o fundamento do território vivido ribeirinho, com base em Bonnemaïson (2002), é a identificação aos lugares que possui significado mediante às práticas da pesca, transporte de barco,

construção de barcos e canoas, plantação na vazante e caça; e não no exercício de poder político, econômico, social ou as delimitações territoriais impostas pelo Estado (Holzer, 1997).

Para exemplificar o lugar ribeirinho, e como esse lugar constitui o território vivido, narro a minha experiência pessoal, a partir do deslocamento até a casa de “Seu Jovi”.

No dia 19 de novembro de 2023, numa tarde ensolarada, fui à casa do senhor Juvenal da Silva Santos [Seu Jovi], senhor de 63 anos de idade, e barqueiro há mais de 50 anos. Sua casa estava situada às proximidades do rio, no final da rua da mangueira, numa elevação basáltica. O objetivo era convidá-lo a relatar sua história de vida para a pesquisa. Para a minha surpresa, ele aceitou, a única exigência feita foi que a entrevista fosse realizada em uma ilha, às proximidades do encontro das águas. Marcamos a entrevista para o dia seguinte, às 10h, com a saída do Porto da Mangueira (Imagem A).

Imagem 01 - Pesquisa de Campo: Porto da Mangueira e Ilha da Matinha



Fonte: Araújo, 20/11/2022.

No dia seguinte, nos encontramos e saímos em direção à Ilha da Matinha de rabeta (imagem B), margeamos o rio em meio às rochas [basálticas], e neste momento, seu Jovi sinalizou que iria explicar o motivo da viagem. Peguei o celular para filmar, e ele disse: não aceito filmar ou gravar o

que vou falar agora! Somente na hora da entrevista; quero que você ouça o que vou dizer, e escreva a partir de suas lembranças. Então, olhei atentamente para, e percebi que tinha a expressão de um amante [quem amava o rio]. Então, disse:

*Olhe para a beleza desse rio! Esse rio é lindo! Esse rio me sustenta; tudo que faço está ligado ao rio; trabalho como barqueiro, atravessando turistas, moradores de ilhas e aqueles que moram do outro lado; faço barcos; pesco em sevas para sustentar minha família; planto nas vazantes do rio; caço capivara nas ilhas; veja tudo que faço, faço no rio; é por isso que sou ribeirinho. O rio é um lugar de tranquilidade, o barulho das águas passando pelas rochas e atravessado pela força da minha rabeta faz um som que acalma a minha alma, é nas águas que percebo o canto dos pássaros, é nas águas que ouço o movimento do boto atacando o peixe, é nas águas que percebo o cardume subindo, esses sons me alegam; a sensação da brisa batendo no rosto é maravilhosa; saborear um peixe (acari) ou uma truçajá assada com os pés enterrados na área da praia e sentindo o vento do verão refrescando o corpo não tem preço; **como é delicioso acampar nas praias, conversar à noite ao redor de uma fogueira, comer peixe assado, dormir de rede, sentir o frio das noites de verão ou o barulho da chuva tocando a palha de babaçu do barraco no inverno, isso é ser ribeirinho** [é viver bem], na cidade não tem isso, as pessoas não tem tempo para viver. Ao final de seu relato, ele disse: agora podemos prosseguir até o local de nossa entrevista. (Seu Jovi, 63 anos, 20/11/2022).*

O relato de “Seu Jovi”, barqueiro há mais de 50 anos, descreve, de fato, como os ribeirinhos concebem o território. O território ribeirinho não se constitui em uma propriedade, mas surge na identificação de um conjunto de lugares hierarquizados e ligados à uma rede de itinerários como argumentou Bannemaison (2002), Holzer (1997) e De Paula (2011).

De acordo com a pesquisa e a fala de “Seu Jovi” o território ribeirinho é constituído de um conjunto de lugares: as rotas estabelecidas no rio para o transporte de turistas aos pontos paradisíacos do rio Tocantins e Araguaia; o local de construção de barcos e canoas no Porto da Mangueira; dos pontos de pescas conhecido como seva²; o cultivo de cereais, legumes e frutas às margens das Ilhas da Saudade e da Colher; e da caça de animais às margens do rio Tocantins e na Ilha dos Bois. Os lugares são categorizados pelos ribeirinhos em função de sua importância na constituição do ser ribeirinho.

No caso de Seu Jovi, a classificação é de acordo com a importância das atividades. Conforme exposto na primeira imagem, a principal atividade é de barqueiro, o barco ilustra o fato (A); a seguinte revela a importância da construção naval para o ribeirinho (B); a próxima ilustra uma localização de pesca, a seva (C); por fim, as duas últimas imagens demonstram os lugares da agricultura e da caça (D e E).

² Seva é uma estratégia utilizada pelos ribeirinhos da Amazônia Brasileira para capturar grandes quantidades de peixes. A seva é preparada a partir de uma mistura de milho e mandioca cortada em pequenos pedaços, e depositada em um saco de fibra (com pequenos furos na parte inferior) e submersa no rio, e com o tempo amolece e fermenta, e os peixes atraídos pelo cheiro da fermentação passam a consumi-la, e tornam-se presas fáceis ao ribeirinho.

Os lugares de vivência citadas formam o território [vivido] ribeirinho, não como posse, e sim, como Bonnemaïson (2002, p. 287) diz: “[...] um território é, sobretudo um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários”.

Imagem 02 - Conjunto de Lugares hierarquizados e conectados



Fonte: Araújo, 22/11/2022

As imagens ilustram os lugares que constituem o território vivido pelo barqueiro, Seu Jovi. O território vivido dos ribeirinhos é formado de lugares, o que diverge é a hierarquização e a ordem da rede de itinerários que significam o seu território, porque, com base na ordem de prioridade das atividades que exercem, o ribeirinho poder ser: barqueiro, pescador e vazanteiro. Na entrevista dada à margem do Rio Tocantins, na Praia da Matinha, Seu Jovi deixa claro os lugares que constituem seu território:

*Meu nome é seu Jovi, tenho 63 anos, nasci em 26 de novembro de 1959 em São João, no estado do Pará, moro na beirada do rio Tocantins, meu pai era agricultor e plantava no beirão no verão. Pesco desde criança para sobreviver. Sou ligado com o Rio. Pescava para comer! **Minha atividade é a “travessia” é frete, é ser barqueiro.** O período que é melhor para ganhar dinheiro, é período de junho, julho, agosto, até setembro. E as rotas que o povo mais procura para ir é: bico do papagaio [o encontro das águas], a ilha da Saudade, praia da Colber, praia do Jatobá e Praia da Matinha; e direto, vem gente, para cá, dar uma voltinha aí nas praias do São João. **Hoje construo barco de tabua para ajudar na renda familiar.** Faço barco de acordo com o pedido e faço o ano todo. Aqui tem as fases boas da gente vender. O mês bom de vender o Barco é mês de maio até julho. O barco é de madeira. O rio consegue sustentar a minha família. **E todas as atividades que faço é ligada ao rio. É transportar no barco; fazer barco; é pescar para comer; plantar na beirada do rio, na vazante; e da caça.** Ser barqueiro, e o meu barco significa para mim tudo! É meu sustento! **Isso me faz ser ribeirinho mesmo.** Eu me considero ribeirinho né? (Seu Jovi, 63 anos, 20/11/2022).*

O relato de seu Jovi sobre a sua relação com rio, por meio das atividades de barqueiro, fabricação de barcos e canoas, a pesca, a agricultura de terra firme/vazante e a caça. Essas práticas espaciais são responsáveis pela constituição do Lugar, e substrato do território vivido ribeirinho.

O território ribeirinho é constituído na vivência e alicerça-se no espaço geográfico conhecido [o lugar], e define-se como uma teia de lugares categorizados e experienciados mediante as atividades realizadas no rio, às suas margens e na floresta circunvizinha. Essas relações de dependência com os ciclos naturais, com o ecossistema local e com a ordem de importância que os sujeitos atribuem a elas, criam uma rede de itinerários interdependentes e vivido de acordo com hierarquização e identificação aos lugares.

CONCLUSÃO

A pesquisa constatou, com base na história de vida de Seu Jovi, e do referencial teórico, que os ribeirinhos da cidade de São João do Araguaia são sujeitos de valores tradicionais que possuem uma relação de dependência com os ciclos naturais e com o ecossistema local para sobreviverem; e seu modo de vida tradicional é semelhante às demais comunidades ribeirinhas amazônicas.

As relações estabelecidas pelos ribeirinhos nas atividades de barqueiro, fabricação de barcos e canoas, a pesca, a agricultura de terra firme/vazante e a caça são responsáveis pela constituição da afetividade a uma porção do espaço geográfico; constitui-se assim, o Lugar (mundo vivido) ribeirinho.

Os lugares onde as atividades são exercidas cotidianamente, ano após ano, em um ciclo constante, produz uma experienciação densa, e esses espaços transforma-se em lugares; assim, tornam-se a base do território vivido. O território vivido é formado de lugares hierarquizados em rede de itinerários que adquirem significado com base na ordem de prioridade das atividades que exercem. A categorização das atividades é responsável pela identificação aos lugares.

A categoria território vivido é constituída na vivência. O território, na perspectiva fenomenológica, traz como contribuição a pesquisa geográfica a possibilidade de compreensão da organização do espaço, e como os sujeitos vivem e funcionalizam cotidianamente no espaço conhecido.

A abordagem fenomenológica do território traz caminhos metodológicos e filosóficos às pesquisas geográficas para a compreensão da dimensão do vivido. Para a pesquisa em questão, abordagem fenomenológica do território é a ferramenta necessária para a compreensão de como os ribeirinhos vivem e funcionalizam o espaço geográfico conhecido para sobreviverem.

As pesquisas geográficas de natureza fenomenológica sobre comunidades ribeirinhas publicadas em artigos científicos possibilitam o conhecimento a comunidade científica, acadêmicos, alunos secundaristas e a sociedade de modo geral, a ciência do território vivido ribeirinho, e a necessidade da contribuição à conservação desses lugares, vivências e modo de vida singular que protege os ecossistemas brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Amarildo Silva. **Desterritorialização da comunidade de Apinagés em São João do Araguaia-PA, na perspectiva da construção da usina hidrelétrica de Marabá**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.
- ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, ano 2, n. 5, p. 79-92, 1999.
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. *In*: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-132.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BUTTMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 165-193.
- CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa- -ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.
- CHAVES, Genisson P.; FURTADO, Lourdes G. Entre rios, furos e igarapés: o ambiente aquático no imaginário social dos ribeirinhos de uma sociedade Amazônica. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, Espanha, p. 1-13, jun. 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2017/02/index.htm>. Acesso em: 17 nov. 2022
- DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DE PAULA, Fernanda Cristina. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e contribuições da fenomenologia. **Geotextos**, Salvador, BA, v. 7, n. 1, p. 105-126, jul. 2011.
- DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.
- DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Povos e águas: inventário de áreas úmidas**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha no estuário do Amazônas. *In*: FURTADO, Lourdes Gonçalves (org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993. p. 133-157.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOMBA, Roni Mayer; NOBRE-JUNIOR, Benedito Baliero. A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: o papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA). **Confins, Revue Franco Brésilienne de Géographie**, São Paulo, SP, n. 18, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.8405>. Disponível em: <https://confins.revues.org/8405?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, n. 1).

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 103-141.

PARÁ. A Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional Atlas de integração regional do Pará. **Atlas de integração regional do Pará**. Belém, PA: SECIR, 2014. p. 47.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

RENTE NETO, Francisco; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeirividade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

TUAN, Yi-Fu. Introdução. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**, Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 87-138. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 19 abr. 2017.

Recebido em: 05 de junho de 2023

Aceito em: 09 de agosto de 2023